



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014**

#### **ATA N.º 1/2014**

Aos sete dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Tiago Miguel Luz Almeida e Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, que justificaram as ausências.

Em representação da Câmara Municipal, participaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos Vereadores: José Duarte Barbosa Cabecinha, Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por saudar todos os presentes, designadamente, os Senhores Deputados Municipais, Vereadores da Câmara Municipal e o público presente.

Realçou que aquela era a primeira sessão ordinária do ano de 2014, referindo que aquele seria um ano, certamente, bastante conturbado para as Autarquias Locais, face às normas preconizadas na Lei do Orçamento de Estado, que estabelecem a manutenção de limites e controlo do endividamento, semelhantes aos previstos no Orçamento de Estado para 2013,

acrescidos de uma redução de cerca de 5% nas transferências do Orçamento de Estado; O FEF fixado nos 90% como receita corrente, contribuindo para o respeito da nova regra de equilíbrio corrente.

A par de toda aquela situação, salientou que a taxa de desemprego atingiu o marco histórico de mais de 17%, embora se verificasse, naquele momento, um decréscimo. Todavia, apesar de todas as dificuldades financeiras a que o poder local estava sujeito, o Município de Lagoa tinha procurado criar estímulos para ajudar as famílias, as empresas e as instituições, tal como se tinha verificado na última sessão daquela Assembleia Municipal, mediante as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentado. Acrescentou, ainda, que a Câmara Municipal tem tido um papel fundamental naquele processo, já que era a Autarquia com maior taxa de execução, em termos de ocupação de trabalhadores em programas ocupacionais.

Terminou, afirmando que toda aquela situação exigia um maior rigor na gestão autárquica, o qual se traduzia numa maior responsabilidade, por parte de todos os membros daquela Assembleia, no desempenho das suas funções, estando convicta de que juntos estariam preparados para cumprir com a missão para que foram eleitos.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Posteriormente, foi votada a ata da quinta sessão ordinária, respeitante ao dia 30 de dezembro de 2013, tendo sido aprovada por unanimidade.

No momento seguinte, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida, no período de 30 de dezembro de 2013 a 7 de fevereiro de 2014, destacando a de maior relevância:

1- Convocatória para a instalação do Conselho de Ilha, que se realizou no passado dia 21 de janeiro.

2- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no passado mês de janeiro, defendeu, através dos órgãos de comunicação social, que a nova Lei das Finanças necessitava de ser clarificada, de modo a ser mais transparente e mais segura. Deste modo, foi enviado o convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses para a participação no seminário, cuja temática era sobre a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual estabelece o regime jurídico das autarquias locais; aprova o estatuto das entidades intermunicipais; estabelece o regime jurídico da transparência de competências do Estado para as Autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

A Senhora Presidente questionou os membros presentes se desejavam intervir, antes do período da ordem do dia. Não tendo nenhum dos deputados municipais manifestado aquele desejo, passou ao período da ordem do dia.

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

##### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou todos os deputados municipais da atividade Camarária, de acordo com os documentos que lhes tinham sido, previamente, disponibilizados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

##### **PONTO N.º 2 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2014, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, elaborada com base na Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu que se tratava de uma correção à proposta que acompanhara o orçamento para aquele ano, a qual, por lapso, não tinha sido integrada.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

**1.º** Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa para 2014, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 3 – ABERTURA DE CONCURSO PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NO ÂMBITO DO PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DA EML:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de abertura de concurso para recrutamento de trabalhadores no âmbito do processo de internalização da Empresa Municipal de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., adiante designada somente por EML, foi criada pela Câmara Municipal de Lagoa, no ano de 2007, com o objeto social previsto nos seus estatutos, nomeadamente, a exploração de atividades de interesse geral, o desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração do Lagoa Tecnoparque e das áreas de desenvolvimento urbano e de construção prioritárias; a requalificação urbana e ambiental; a construção e gestão de habitação social, zonas de lazer e culturais e parque escolar e a construção de vias municipais e a gestão de concessões.

A Câmara Municipal de Lagoa ficou detentora da totalidade do seu capital social. Neste sentido, e nos mesmos estatutos, ficou previsto que era atribuição expressa da empresa, nomeadamente, “adquirir, alienar, arrendar, tomar de arrendamento, onerar e administrar bens móveis e imóveis com vista à prossecução do seu objeto”, bem como “praticar todos os atos necessários, úteis ou convenientes, à integral prossecução do seu objeto.”, cfr. alínea c), do n.º1, do artigo 5.º.

Neste sentido, a EML passou, por força das competências próprias e das que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal, a gerir e a administrar uma série de equipamentos e infraestruturas, nomeadamente o AQUAFIT, a Pousada de Juventude de Lagoa, a Biblioteca Municipal, todo o parque da habitação social do município, os postos de turismo, os centros de atividades de tempos livres, entre outros.

Por forma, a cumprir com o seu objeto social, a EML celebrou diversos contratos de trabalho e de prestação de serviços com pessoal qualificado e que prestaram, com o rigor e a competência que lhe são exigidos e exigíveis, serviços à referida empresa.

Não obstante, e por força do estatuído na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conforme deliberações tomadas em Reunião de Câmara Municipal, datada de 28 de junho, e deliberação em Assembleia Municipal, de 11 de julho, tudo do corrente ano de 2013, e EML foi dissolvida e, a breve trecho, será liquidado todo o seu património.

Assim, todo o património imobilizado será integrado, de forma gratuita, no património da Câmara Municipal, entidade detentora da totalidade do capital social da dissolvida empresa e, nos termos do previsto no artigo 65.º da referida Lei, toda a atividade da empresa local foi objeto de internalização nos serviços da respetiva entidade pública participante.

Nestes termos, na pendência do procedimento de dissolução e de liquidação da referida empresa e porque era imprescindível assegurar o regular cumprimento das atividades da empresa local objeto de integração/internalização – sendo certo que é evidente que a Câmara Municipal não tem nos seus quadros trabalhadores suficientes para exercer as referidas atividades -, e no uso da faculdade legal prevista no artigo 62.º, n.º6 e 7, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta Câmara Municipal celebrou com a EML e com todos os respetivos trabalhadores que exerciam funções na EML acordos, tripartidos, de cedência por interesse público e pelo prazo de um ano.

Porém, porque se tratam de atividades de natureza permanente e duradoura e é manifestamente insuficiente o número de trabalhadores em funções nesta Câmara Municipal para as exercer, esta Autarquia terá de recrutar todos os trabalhadores necessários as assegurar.

Neste sentido, esta Câmara Municipal já previu, no seu mapa de pessoal, que acompanhou o seu Orçamento para 2014, todos os postos de trabalho de que o Órgão carece para o desenvolvimento das respetivas atividades.

Assim, será necessário esta Câmara Municipal recrutar todos os trabalhadores necessários à ocupação dos respetivos postos de trabalho de forma a assegurar, de forma duradoura e por tempo indeterminado, as respetivas funções e o regular cumprimento de todas as atividades da empresa local objeto de internalização.

Importa esclarecer ainda que, de acordo com o estatuído no artigo 62.º, n.º8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e 49.º, n.º2, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Agostos (Lei do Orçamento do Estado para 2014), podem candidatar-se a estes procedimentos concursais todos os trabalhadores da EML com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado que se encontram na situação de cedência de interesse público na Câmara Municipal de Lagoa e a executar função/atividade objeto do posto de trabalho ora a recrutar.

Por conseguinte, nos termos do artigo 4.º, n.º1, e artigo 9.º, n.º1, ambos do Decreto-Lei n.º209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação à Administração Autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e artigos 3.º e 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, e artigo 6.º Decreto-Lei 204/98 de 11 de julho adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 239/99 de 25 junho tudo nas suas atuais redações, e da demais argumentação de facto e de direito supra, proponho a aprovação da abertura dos procedimentos concursais comuns, por tempo indeterminado, e concurso externo de ingresso necessários à ocupação dos 23 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal que acompanhou o Orçamento para o ano de 2014, aprovado pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária realizada no dia 30 de dezembro do ano de 2013, das carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico, Técnico Superior e Estagiário na categoria de Especialista de Informática de Grau 1, Nível 2, da carreira de Especialista de Informática, tudo conforme melhor consta do

mapa que segue em anexo e que, devidamente rubricado, faz parte integrante da presente proposta, e nas demais condições:

Os trabalhadores a recrutar deverão cumprir os requisitos mencionados no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e, nos termos do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, os requisitos especiais habilitacionais previstos no referido mapa de pessoal em anexo, nomeadamente, as licenciaturas correspondentes para as carreiras/categorias de técnico superior e Especialista de Informática, neste último caso, deverão ainda cumprir o estatuído na alínea b) do n.º2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001 de 26 de março.

De acordo com o n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, para as carreiras/categorias de Assistente Técnico e Assistente Operacional, é permitida a possibilidade de candidatura de quem, não sendo titular da habilitação exigida, considere dispor da formação e, ou, experiência profissional necessária e suficiente para a substituição daquela habilitação.

Nos termos do artigo 62.º, n.º8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e 49.º, n.º2, da Lei n.º83-C/2013, de 31 de Agosto (Lei do Orçamento do Estado para 2014), podem candidatar-se a estes procedimentos concursais todos os trabalhadores da EML com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado que se encontram na situação de cedência de interesse público na Câmara Municipal de Lagoa e a executar função/atividade objeto do posto de trabalho ora a recrutar.

De acordo com o artigo 53.º, n.º1 e 4.º, alínea a), da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação e artigo 6.º e 7.º da Portaria n.º n.º83-A/2009, de 31 de dezembro, na sua atual redação, os métodos de seleção a adotar serão:

- a) Provas de conhecimentos, destinadas a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função; e
- b) Entrevista profissional de seleção.

Exceto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção a utilizar no seu recrutamento são os seguintes:

- a) Avaliação curricular incidente especialmente sobre as funções que têm desempenhado na categoria e no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou atividade em causa e o nível de desempenho nelas alcançado; e
- b) Entrevista profissional de seleção.

Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Será faseada a utilização dos métodos de seleção, quando tenham sido admitidos candidatos em número igual ou superior a 100, da forma prevista no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

O prazo de apresentação das candidaturas será de 10 úteis dias, a contar da publicação do respetivo Aviso no Diário da República, 2.ª Série.

O júri do presente procedimento concursal será posteriormente designado pelo órgão máximo do órgão, nos termos do artigo 20.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 31 de dezembro, na sua atual redação, com exceção do recrutamento para a carreira de Especialista de Informática.

Para a carreira de Especialista de Informática, o júri é composto pela Dra. Cristina de Fátima Calisto Decq Mota, na qualidade de Presidente, Dra. Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral – que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos -, e Dra. Maria Estrela Aguiar, Técnica Superior, nas qualidades de Vogais efetivos, e Eng. Andreia de Moraes Lobo Delfim, Chefe de Divisão de Gestão Urbana e Infraestruturas, e Maria Isabel Carvalho Medeiros Amaral, Técnica Superior, nas qualidades de Vogais Suplentes, tudo conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de julho. O presente júri será o mesmo para efeitos de acompanhamento e avaliação final do respetivo estágio.

De acordo com o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a entidade empregadora pública, que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a abertura do concurso em causa surgia no sentido de dar seguimento ao processo de internalização dos trabalhadores, que estavam afetos à Empresa Municipal, no Município. A competência para a abertura do processo concursal era da Assembleia Municipal, estimando-se a conclusão do processo, até ao próximo mês de agosto.

A Deputada Municipal, Helena Furtado, questionou sobre quem desempenhava na Empresa Municipal o cargo na área informática, tendo o Senhor Presidente informado que o técnico de informática era o funcionário, Hugo Rego.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

**1.º** Aprovar a abertura dos procedimentos em causa, nos termos do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ABERTURA DE CONCURSO PARA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANA E INFRAESTRUTURAS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de abertura de concurso para um lugar de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica da Gestão Urbana e Infraestruturas, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, no atual mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lagoa, ficou previsto na nova estrutura orgânica um lugar de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica da Gestão Urbana e de Infraestruturas.

Ao Chefe de Divisão da Unidade Orgânica de Gestão Urbana e de Infraestruturas impende, em geral, as competências previstas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigo 10.º da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, e, particular:

- a) Superintender os serviços afetos à Unidade Orgânica de Gestão Urbana e de Infraestruturas, promovendo o seu funcionamento e dar cumprimento aos processos administrativos que lhe sejam remetidos para o efeito;
- b) Coordenar a atividade da estrutura e respetivas áreas da Unidade Orgânica de Gestão Urbana e de Infraestruturas;
- c) Assegurar, quando solicitado para o efeito, a devida colaboração na elaboração das grandes opções do plano do município, em colaboração com a Unidade Orgânica de Administração Geral;

Exercer as demais funções resultantes da Lei, regulamento, deliberação ou despacho.

Esta complexa unidade orgânica tem, sob a sua direção a seguinte subunidade orgânica e valências:

- a) Obras particulares e loteamentos;
- b) Planeamento, infraestruturas, urbanismo, projetos e ambiente;
- c) Higiene e segurança no trabalho;
- d) Serviços operacionais – parque municipal de obras;
- e) Serviços Urbanos;
- f) Serviços de Águas e saneamento;
- g) Sanidade veterinária;
- h) Fiscalização municipal.

Sucedendo que, apesar de estar previsto o lugar para o respetivo Chefe de Divisão, este ainda não está ocupado.

Nestes termos, importa ocupar o referido lugar com pessoa competente, com aptidão e experiência profissional e formação académico-profissional adequadas ao exercício das funções intermédias de 2.º grau com o profissionalismo, responsabilidade e competência que o cargo exige.



Termos em que:

1 – No seguimento de decisão de abertura de procedimento para provimento de cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão da Unidade Orgânica da Gestão Urbana e de Infraestruturas – do grupo de pessoal dirigente do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lagoa, a ter lugar em data posterior a 1 de janeiro do ano de 2014, submeto, para deliberação de Câmara Municipal e, posteriormente, de Assembleia Municipal, nos termos do artigo 13.º, n.º2, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que:

a) o júri do respetivo procedimento tenha a constituição prevista no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e seja composto pelas pessoas identificadas nas alíneas a) a c) infra:

a) Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Vereadora a tempo Inteiro, na qualidade de presidente;

b) Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, Vice - Presidente, na qualidade de vogal;

c) Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral, na qualidade de vogal.

b) que, de acordo com o estatuído no artigo 21.º da Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a seleção e provimento do respetivo cargo seja feita nos seguintes termos/condições:

i) Como previsão do requisito especial de provimento seja estar habilitado com a licenciatura em Engenharia Civil;

ii) O perfil exigido seja o de experiência profissional, comprovada no desempenho efetivo de funções de direção em autarquia, capacidade de liderança, direção, organização, gestão e decisão;

iii) São valorizadas a experiência detida na área do cargo a prover, bem como o conhecimento dos regulamentos deste município, nomeadamente os referentes às matérias no âmbito das competências na Divisão da Unidade Orgânica da Gestão Urbana e de Infraestruturas;

iv) A remuneração base ilíquida a atribuir ser de 2.613,84€ (dois mil, seiscentos e treze euros e oitenta e quatro euros), valor a que acresce despesas de representação, no montante de 194,79€ (cento e noventa e quatro euros e setenta e nove cêntimos);

v) O local de trabalho ser na área do Município de Lagoa Acores;

vi) Os métodos de seleção a utilizar serão a avaliação curricular e entrevista pública, todos valorados de 0 a 20 valores;

vii) Os critérios de apreciação e ponderação de cada um dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa ser a seguinte e constará de ata do júri, sendo facultada aos candidatos sempre que solicitada:

$$\text{Classificação Final} = \frac{A + B}{2} = \frac{\left( \frac{5A_1 + 4A_2 + 6A_3 + 5A_4}{20} \right) + \left( \frac{B_1 + B_2 + B_3 + B_4}{4} \right)}{2}$$

Correspondendo A, à Avaliação Curricular e B à Entrevista Pública, nos seguintes termos:

$$A - \text{Avaliação Curricular} = \frac{[(5x A_1) + (4x A_2) + (6x A_3) + (5x A_4)]}{20}$$

A1 – Habilitações Literárias  
A2 – Experiência Profissional  
A3 – Experiência Profissional Específica  
A4 – Formação Profissional

$$\text{Correspondendo B – Entrevista Pública} = \frac{B_1 + B_2 + B_3 + B_4}{4}$$

B1 – corresponde ao sentido crítico

B2 – corresponde à motivação

B3 – corresponde à expressão e fluência verbais

B4 – corresponde à qualidade da experiência profissional

viii) Os interessados devem formalizar as suas candidaturas através de requerimento, contendo identificação completa do candidato, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, devendo a candidatura ser remetida pelo correio ou entregue na Câmara Municipal de Lagoa-Açores, no prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso;

ix) Os interessados deverão apresentar, obrigatoriamente, fotocópia do Bilhete de Identidade, certificado de habilitações literárias, currículo vitae, devidamente datado e assinado, com indicação dos elementos relevantes em termos de experiência profissional. Todos os documentos devem ser rubricados pelo candidato (a) e os elementos curriculares devem ser documentalmente comprovados.

Posteriormente, iniciar-se-ão os procedimentos necessários à sua efetivação, procedendo-se à notificação dos membros do júri para o compor, seguindo-se os ulteriores termos, legais e processuais, até final.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que o concurso em causa visava a ocupação do lugar de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica da Gestão Urbana e Infraestruturas, um lugar que era necessário

ocupar, na sequência da entrada em vigor da nova orgânica, estando, naquele momento, o lugar a ser ocupado, em regime de substituição, pela Eng.<sup>a</sup> Andreia Delfim.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade.

**1.º** Aprovar a abertura do procedimento em causa, nos termos do n.º 2 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO POMBAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente proposta sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Atendendo que, a Câmara Municipal de Lagoa pretende alterar os termos de referência do Plano de Pormenor da Zona do Pombal, Regulamento n.º 38/2008 publicado em 18 de janeiro de 2008, entrando em vigor cinco dias após da data da sua publicação no Diário da República, 2.ª Série n.º 13, alterado pelo Regulamento (extrato) n.º 544/2008 publicado em 23 de outubro de 2008 no Diário da República, 2.ª Série n.º 206, e pelo Aviso n.º 856/2010 publicado em 13 de janeiro de 2010 no Diário da República, 2.ª Série n.º 8.

Considerando que, a alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal surge na sequência da instalação de dois equipamentos:

- uma unidade hospitalar e uma unidade de cuidados continuados, integrado e de convalescença especializada no acompanhamento de pacientes sofrendo da doença de Alzheimer, com cerca de 30 quartos;
- uma unidade de prestação de cuidados de saúde com recursos a métodos e técnicas próprios da medicina Nuclear, da Imagiologia e da Terapia pelas Radiações Ionizantes, Lasers e Luz Pulsada;

Considerando que os objetivos da alteração ao Plano de Pormenor são:

- A divisão do lote 41 com o destino a equipamento (estádio municipal) em dois lotes (lote 41A e lote 41B), tendo em consideração a definição das funções urbanas dominantes, a morfologia urbana adotada e a distribuição dos usos, sendo estabelecida na Planta de Implantação a Estrutura Funcional;

Proponho que:

**1.º** Seja efetuada uma alteração de acordo com o n.º 2 da alínea a) do art.º 123.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de agosto, ou seja, da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que lhes estão subjacentes e que fundamentam as

opções definidas no plano, desde que revista caráter parcial, designadamente, se restrinja a uma parte delimitada da respetiva área de intervenção;

**2.º** Que a alteração seja executada de acordo com elementos referidos no parecer da DROAP;

**3.º** Nos termos do art.º 90.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de agosto, a elaboração da alteração ao plano pormenor são aprovados pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que se encontrava concluída toda a tramitação legal, sendo que a sua aprovação era da competência daquele órgão deliberativo. De acordo com o parecer emitido pela Direção Regional de Organização e Administração Pública, a alteração ao Plano de Pormenor do Pombal só era possível para o fim a que se destinava, situação que também estava salvaguardada no contrato-promessa celebrado.

Relativamente ao processo de medicina nuclear, o respetivo projeto já tinha dado entrada nos serviços camarários, encontrando-se na fase da emissão de parecer das diversas entidades, bem como da aprovação daquela alteração.

Quanto ao processo da unidade hospitalar, referiu que, recentemente, teve uma reunião com os responsáveis pelo projeto, estando prevista a sua entrega para março ou abril daquele ano, sendo uma obra a financiar pelo próximo quadro comunitário de apoio.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade.

**1.º** Aprovar a alteração ao Plano de Pormenor do Pombal, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 6 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente pela Câmara Municipal a informação, acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2013, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborado pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que o relatório apresentado era referente ao ano de 2013, de acordo com a aprovação da Câmara Municipal, em 2009. Da sua análise, concluiu-se que as medidas foram

cumpridas quase na íntegra, à exceção das referentes à contratação pública, que estavam, no entanto, devidamente salvaguardadas na legislação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO N.º 7 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2013:**

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente pela Câmara Municipal o Relatório de Avaliação de 2013.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que da sua análise, se concluíu que foram asseguradas pela Autarquia as condições adequadas ao cumprimento do referido Estatuto. O executivo municipal sempre se esforçou para cumprir com o mesmo, tendo conseguido com sucesso garantir os direitos da oposição na Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO N.º 23 – OUTROS ASSUNTOS:**

Não se observou nenhum assunto.

**PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Não se observou nenhuma intervenção.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma hora, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

---

A SEGUNDA SECRETÁRIA

---